

Direito à memória e antirracismo: reivindicar o movimento negro de 1911-1933

PEDRO VARELA

pedromfvarela@gmail.com

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Resumo

Tem emergido em Portugal um importante debate sobre o direito à memória que pretende questionar e disputar as narrativas históricas dominantes. Este debate tem sido encabeçado pelo movimento antirracista, fundamentalmente pelo movimento negro. Este artigo debruça-se sobre a forma como são construídas as narrativas históricas hegemónicas e como estas são perpetuadas nas nossas Escolas, através de currículos e manuais escolares. Assim, partindo muitas vezes do silenciamento do passado e de falsas mitologias, a história que se conta de Portugal mantém percepções lusotropicalistas, eurocêntricas e racistas do passado, aprofundando com isso desigualdades étnico-raciais, simbólicas e materiais, no presente e para o futuro. Partindo da história silenciada do movimento negro em Portugal de 1911-1933 e da experiência de uma exposição sobre o tema, propõe-se neste artigo que a Escola tenha um papel ativo na criação de contranarrativas. Estas devem disputar falsas percepções históricas e incluir, por exemplo, a importante presença de negros, roma ou muçulmanos no passado do país, contribuindo, assim, para a criação de uma maior igualdade social.

Palavras-chave:

Antirracismo; direito à memória; silenciamento do passado; movimento negro; educação.

Abstract

An important debate about the right to memory has emerged in Portugal as it aims to question and dispute the dominant historical narratives. This debate has been spearheaded by the anti-racist movement, fundamentally the black movement. This paper looks at how hegemonic historical narratives are constructed and how they are perpetuated in our schools through curricula and textbooks. Thus, often based on the silencing of the past and false mythologies, the told history of Portugal maintains lusotropicalist, eurocentric and racist perceptions of the past. This deepens ethnic-racial, symbolic and material inequalities, in the present and in the future. Starting from the silenced history of the black movement in Portugal from 1911-1933 and from the experience of an exhibition on this subject, it is proposed in this paper that the School has an active role in the creation of counter-narratives. They must dispute the false historical perceptions and include, for example, the important presence of blacks, roma or muslims in the country's past, thus contributing to the creation of greater social equality.

Key concepts:

Anti-racism; right to memory; silencing the past; black movement; education.

Introdução¹

Nos últimos anos, o movimento antirracista tem denunciado a violência policial racista; as desigualdades no acesso à educação, saúde e habitação; a impunidade judicial; o silenciamento da história de negros ou roma; e o não acesso a dados étnico-raciais (Rodrigues et al., 2017). Por outro lado, diversas organizações internacionais de defesa dos direitos humanos têm alertado e denunciado, nos seus relatórios, graves problemas de racismo existentes no país (ENAR, 2015; ECRI, 2018; Amnistia Internacional, 2018). O Racismo é, sem dúvida, um problema central na sociedade portuguesa que as instituições do Estado têm ignorado.

Em Portugal, a luta antirracista tem uma longa história silenciada. Desde o século XV, negras e negros lutaram por direitos através de irmandades religiosas (Reginaldo, 2009; Lahon, 2012); quando escravizados resistiram através de fugas coletivas ou individuais (Caldeira, 2017); e criaram práticas artísticas e culturais próprias (Tinhorão,

1988). Já no século XX, entre 1911 e 1933, uma geração pan-africanista reivindicou direitos iguais através de diversos jornais e organizações criadas em Lisboa (Varela e Pereira, 2019; Pereira e Varela, 2019). Posteriormente, entre os anos 1940s e 1970s, uma geração de ativistas anticoloniais levantou no país a necessidade de descolonização. No pós-25 de Abril, ao longo da década de 1990, surgiram várias associações antirracistas, de imigrantes e de bairro que combateram o racismo (Sertório, 2001; Vale de Almeida, 2006); nessa mesma época o movimento musical rap levantou bem alto a bandeira da igualdade racial. Nos últimos anos, a luta antirracista vive um acentuado dinamismo com o surgimento de diversos coletivos políticos, associativos e artísticos negros e roma (Henriques, 2018: 18).

É neste contexto que existe neste momento, em Portugal, um debate sobre o direito à memória, que questiona o silenciamento da história da comunidade negra e roma no país. Esta disputa pretende, entre várias coisas, revelar a importância destas comunidades para a transformação política, social e cultural da sociedade portuguesa no passado.

¹ Este artigo resulta da pesquisa realizada por Pedro Varela a partir de fundos nacionais, através da FCT, no âmbito da Bolsa de Doutoramento SFRH/BD/129171/2017. E, ainda, no âmbito do projeto COMBAT, com apoio financeiro da FCT, através de fundos nacionais e cofinanciamento do FEDER, através

do Programa Operacional Competitividade e Inovação COMPETE 2020, no âmbito do projeto PTDC/IVC-SOC/1209/2014– POCI-01-0145-FEDER-016806.

Esta dinâmica leva ao questionamento do imaginário identitário nacional português, que perpetua a exclusão de não-brancos da História hegemónica. Neste contexto, este artigo pretende desenvolver a discussão sobre o silenciamento do passado e o seu impacto na atualidade, que é essencial para enfrentar o racismo na sociedade, nomeadamente no ensino e na construção de falsas narrativas hegemónicas sobre a história de Portugal.

Este artigo estrutura-se da seguinte forma: numa primeira parte farei uma abordagem teórica à problemática do “silenciamento do passado”, discutindo as falsas narrativas perpetuadas pelos manuais escolares e abordarei a problemática do lusotropicalismo. Depois irei focar-me no apagamento da presença negra no país ao longo da História, centrando-me sobre a geração do movimento pan-africanista de 1911-1933. Por fim, analisarei a experiência de contranarrativa da exposição “Para uma história do movimento negro em Portugal, 1911-1933”, procurando daí extrair ensinamentos para disputar memórias históricas.

1. Silenciamento do passado, manuais escolares e lusotropicalismo

No seu livro *Silencing the past: power and the production of history*,

o académico haitiano Michel-Rolph Trouillot mostra como o poder opera na produção da História como forma de dominação social. Referenciando o fracasso do Ocidente em reconhecer a importância da maior revolta de escravizados da história - a Revolução Haitiana (1791-1804) – o autor demonstra como o mecanismo de silenciamento do passado é utilizado para produzir poder na atualidade. Assim, refere que o passado não existe independentemente do presente e que as pessoas participam na História, tanto enquanto atores assim como narradores (Trouillot, 1995: 15). O autor defende ainda que o principal objetivo do poder instituído na produção histórica é a invisibilidade do passado e que o nosso grande desafio é a exposição das raízes dessa invisibilidade (Trouillot, 1995: xix). Assim, o presente é essencial para a construção histórica e a autenticidade do passado reside nas lutas da atualidade (Trouillot, 1995: 151). Por isso, considera que: “A história não pertence apenas aos seus narradores, profissionais ou amadores. Enquanto alguns de nós debatem o que a história é ou foi, outros tomam-na nas suas próprias mãos” (Trouillot, 1995: 153).

Um outro autor, Eric Wolf (1990: x), refere que os académicos não se podem contentar mais em escrever apenas a história das elites vitoriosas e que é necessário revelar a História “do povo sem História”.

Defende então que as “pessoas comuns” são agentes no processo histórico e não apenas suas vítimas. Em Portugal, negros, roma ou classes populares brancas são esses “povos sem História”, cujo passado precisa ser revelado como forma de enfrentar hoje o racismo e as desigualdades sociais.

Sobre a construção histórica e a manutenção de narrativas hegemónicas em Portugal, Miguel Cardina (2016) mostra-nos como uma representação seletiva do passado manteve, no período pós-colonial, um discurso oficial de singularidade do mito dos "Descobrimientos" e de especificidade da "presença portuguesa no mundo" e como isso tem um impacto na construção da memória coletiva no presente. Esta narrativa ignora frequentemente a violência do colonialismo e silencia o papel dos não-brancos na nossa sociedade. Por outro lado, os Estados-nação europeus, como Portugal, continuam a reproduzir a ideia de homogeneidade racial (Araújo & Maeso, 2016: 156), onde os “portugueses” são construídos apenas como brancos no passado e presente. Ignora-se assim a longa presença e opressão sobre outros povos no país como os negros, roma, amazigues, árabes, muçulmanos ou judeus sefarditas.

Marta Araújo e Silvia Maeso (2010, 2012 e 2016), nas suas pesquisas

sobre as narrativas dominantes nos manuais escolares portugueses, têm revelado como estes contêm visões eurocêtricas que não questionam o racismo. Segundo as autoras, os manuais de História, encontram-se no centro de um complexo conjunto de relações de poder, sendo importantes objetos de estudo por cristalizarem concepções comuns sobre os imaginários nacionais e europeu (2010: 240). Referem, as mesmas, que:

“Nos dois últimos séculos, os sistemas educativos nas sociedades ocidentais constituíram instrumentos cruciais da construção dos Estados-Nação e da reprodução das identidades nacionais. O projeto homogeneizador da nação moderna resultou amplamente na eliminação das diversas identidades e subjetividades dos estudantes, mascarando e legitimando assim a persistência de desigualdades. Isto foi conseguido sobretudo pela via da imposição dos currículos nacionais, que reproduzem representações eurocêtricas da história nacional/europeia” (2010: 243).

As autoras demonstram que em Portugal os currículos e manuais escolares de História do 3º ciclo: não questionam o racismo; solidificam um pensamento eurocêntrico; ignoram a história dos não-brancos; promovem a islamofobia através da narrativa mitómana da reconquista cristã; são acrílicos sobre a colonização; representam deprecia-

tivamente africanos no presente; e negligenciam a brutalidade do escravagismo (Araújo & Maeso, 2010). E, esta realidade é, em muito, influenciada pelo mito lusotropicalista.

O lusotropicalismo mitifica uma suposta excepcionalidade nacional, que promove a ideia de que a sociedade portuguesa é menos racista que outras (Vala, Brito & Lopes, 1999; Vale de Almeida, 2000). De fato, silencia a violência do colonialismo, escravagismo, racismo, genocídio ou violação sistemática de mulheres negras e indígenas (Nascimento, 2016 [1978]). E, até hoje, o lusotropicalismo é uma importante representação da identidade nacional portuguesa (Vale de Almeida, 2006), promovida pelas instituições do Estado, bloqueando assim o debate antirracista no país (Sertório, 2001: 9). A perpetuação da ideologia lusotropicalista nos currículos e manuais escolares, impede uma autocrítica que enfrente as desigualdades étnico-raciais na atualidade. Por outro lado, coloca a sociedade branca num pedestal (os “descobridores”, os “aventureiros”, os “bons colonizadores”) e os não-brancos em degraus inferiores, como agentes inertes do passado. Assim, é essencial hoje recuperar a memória dos “povos sem História”, enfrentando o silenciamento do passado e ultrapassando o lusotropicalismo que ofusca a História de Portugal e prolonga as opressões

no presente.

2. O silenciamento da longa presença negra em Portugal

A narrativa hegemónica é profundamente silenciosa sobre a importância histórica dos negros em Portugal e esta circunstância tem levado à ideia de que estes são exteriores ao país ou - quanto muito - testemunhas silenciosas do passado.

Desde de meados do século XV, podemos facilmente identificar em documentos escritos a presença de negras e negros em Portugal. No entanto, se nos referirmos a afrodescendentes antes da construção da categoria “negro”, podemos ir mais além: até à presença cartaginesa na Península Ibérica (575 AC a 206 AC); ou à vinda de amazigues durante o Al-Andalus (711-1492).

Durante séculos, a presença de negros livres e escravizados foi constante, principalmente no sul do país; e a influência da população negra foi sentida na agricultura, na dança, nas festividades, na literatura, na música, na religião, no teatro ou no vocabulário (Saunders, 1982; Tinhoão, 1988). Didier Lahon afirma que em 1550, em Lisboa, os escravizados (maioritariamente negros) seriam 10% da população e entre o século XVII e o século XVIII, a população negra poderia ter representado cerca de 15% da população da cidade (Lahon, 2004: 73-

80).

Nos inícios do século XX, vestígios muito evidentes dessa presença foram retratados por estudos antropológicos em povoações junto ao rio Sado (Vasconcelos, 1920). No entanto, durante o século XIX e início do século XX, a evidência da presença negra na história de Portugal era um empecilho para muitos académicos nacionais. Subestimando esse passado e reivindicando o estatuto de Portugal na Europa “branca”, os académicos tentavam provar que a influência negra tinha tido pouco impacto na sociedade ou na sua genética (Tinhorão, 1988: 359-376; Araújo & Maeso, 2016: 156). Contudo, desde os anos 1980s têm sido realizadas importantes pesquisas académicas sobre a história dos negros em Portugal, que vêm mostrar a sua importância no passado, nomeadamente através de estudos sobre: escravagismo (Saunders, 1982; Fonseca, 2000; Marques, 2004; Lahon, 2004; Henriques, 2009; Caldeira, 2017); irmandades religiosas negras (Reginaldo, 2009; Lahon, 2012); a longa e silenciada presença de negros no país (Tinhorão, 1988; Lahon, 1999); e ainda através de estudos genética humana (Pereira, Cunha, Alves, & Amorim, 2005).

Já no século XX temos também uma presença constante de negros em

Portugal: uma geração, nas primeiras décadas do século, que tinha entre eles estudantes e muitos profissionais qualificados; uma segunda geração, entre a década de 1940 e 1970, com muitos estudantes universitários; e também a partir da década de 1960, uma importante migração – dos antigos territórios colonizados - que vem até aos dias de hoje.

O silêncio sobre a presença negra em Portugal e sobre a história dos territórios africanos no geral bloqueia o acesso dos afrodescendentes no país à sua memória. Este silêncio tem efeitos reais nas suas vidas e promove um racismo estrutural que perpetua desigualdades sociais, económicas e simbólicas. Há assim a necessidade de as salas de aula poderem ser espaços que integrem a diversidade, enfrentando as narrativas que promovem o racismo.

3. As origens do movimento negro e antirracista em Portugal

Entre 1911 e 1933 surgiu um movimento negro em Portugal que estava integrado no pan-africanismo internacional e que lutou contra o racismo no país (Varela & Pereira, 2019; Pereira & Varela, 2019). Entre a Primeira República e a implantação da ditadura do Estado Novo, esta geração vai fundar diversos jornais e várias organizações associativas e políticas em Lisboa. No entanto, até hoje existe um

enorme silêncio sobre este movimento, incluindo nos trabalhos dos historiadores portugueses que retratam esta época. Não é, assim, um acaso que o principal trabalho sobre esta geração seja do intelectual angolano, Mário Pinto de Andrade: “Origens do Nacionalismo Africano” (Andrade, 1997).

Este movimento iniciou a sua luta durante a Primeira República, um período de grande mobilização social (Rosas & Rollo, 2009) e desapareceu em 1933 quando se institucionalizou o Estado Novo. Foi um movimento diverso na sua composição social e ideológica e, as mulheres, assumiram em algumas das organizações papéis de relevo (Roldão, 2019). Os membros desta geração estavam estabelecidos em Portugal e mantinham ligações à realidade política africana. A nível internacional, estavam integrados no movimento pan-africanista, tendo como importante referência ativistas negros norte-americanos. Em 1923, W.E.B. Du Bois, um dos principais líderes e intelectuais afro-americanos, deslocou-se à capital portuguesa para se reunir com a Liga Africana, no que ele descreveu como a sessão de Lisboa do III Congresso Pan-africano, mas que foi retratado por José de Magalhães, líder da Liga, apenas como uma sessão com Du Bois (Varela & Pereira, 2019).

Através das suas organizações e jornais, esta geração vai ao longo de mais de duas décadas travar um combate contra o racismo: denunciando casos concretos, exigindo igualdade e debatendo argumento científicos. Esta geração constituiu-se, assim, como o primeiro movimento antirracista português. O direito a uma educação sem racismo foi uma das suas bandeiras. Não é um acaso que o primeiro jornal desta geração, O Negro (1911), fosse um órgão de imprensa dos estudantes negros em Portugal; e, em 1923, W.E.B. Du Bois destacasse a presença de estudantes negros nas reuniões com a Liga Africana. Desta forma, logo no seu primeiro número, o jornal O Negro denuncia casos de racismo nas escolas: “Consta-nos que em certos estabelecimentos de ensino os estudantes negros são tratados com menos correção, havendo mesmo por parte de determinados professores injustiças que nos enojam.” . Por outro lado, a Junta de Defesa dos Direitos D’Africa, a primeira grande organização desta geração, pretendia, como defendiam os seus estatutos, zelar pelos estudantes africanos em Portugal, protegendo-os contra abusos e perigos .

Neste sentido, é necessário trazer para a atualidade o papel histórico deste movimento e aprender com as suas reivindicações. Por exemplo,

o desvendar desta geração nos manuais escolares e currículos colocaria as negras e negros com um papel de destaque na História portuguesa e, como importantes atores de mudança positiva da nossa sociedade. Este é um dos diversos exemplos de “histórias” que precisam de entrar nas nossas salas de aula de forma a enfrentar o eurocentrismo e racismo que dominam as narrativas hegemónicas.

4. Disputando narrativas: a experiência da exposição “Para uma história do movimento negro em Portugal, 1911-1933”

Mesmo depois de importantes pesquisas académicas nas últimas décadas sobre a influente presença negra em Portugal, não há uma mudança na abordagem da narrativa hegemónica ao tema, nem nos currículos, nem nos manuais escolares. Isso mostra-nos, como refere Trouillot, que o passado não existe independentemente do presente e que, portanto, o passado é uma posição que é preciso confrontar politicamente. Assim, como se demonstra, a narrativa da História hegemónica é fundamentalmente uma questão de poder e não apenas de dados e comprovações académicas. Infelizmente isso mostra-nos que a pesquisa historiográfica não é suficiente para alterar narrativas hegemónicas e que a investigação deve ser aliada a uma disputa política por narrativas no presente. Assim, o direito à memória é um combate

político mais geral, que se estende ao ensino nas escolas, através, por exemplo, de uma discussão e exigência de mudança nos currículos e manuais escolares.

Em Maio de 2019, integrado no “Roteiro para uma Educação Antirracista” da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal (ESE-IPS), foi montada no politécnico a exposição: “Para uma história do movimento negro em Portugal, 1911-1933”. Esta exposição pretendia trazer para a atualidade a silenciada luta pela igualdade de negras e negros em Portugal ao longo do tempo, tendo um foco específico na geração pan-africanista do início do século XX. Pretendia-se, desta forma, resgatar a memória sobre a geração de afro-descendentes que constituiu o primeiro movimento antirracista em Portugal, questionando as narrativas hegemónicas e abrindo espaço a novas e transformadoras “histórias”.

A exposição foi criada por Cristina Roldão, José Pereira e Pedro Varela, e tinha por base as investigações académicas dos mesmos autores sobre origens do movimento negro e feminismo negro no país (Varela & Pereira, 2019; Roldão, 2019). Os seus principais objetivos eram sensibilizar estudantes universitários, do secundário e básico, professores e também ativistas, sobre a importância do movimento negro

antirracista no país.

A exposição iniciava com as seguintes palavras que demonstravam os seus principais objetivos:

“Durante séculos, os afrodescendentes transformaram e lutaram pelos seus direitos na sociedade portuguesa. Resgatamos aqui parte da memória do movimento negro em Portugal ao longo dos tempos, designadamente, trazendo até à atualidade a geração Pan-africanista de 1911-1933. O silenciamento da história dos negros em Portugal, assim como a dos roma, muçulmanos ou judeus tem permitido a exclusão destes do passado e presente. Este silenciamento chama-nos à atenção para uma atualidade onde a desigualdade prevalece e onde o racismo continua a acentuar o desnível no acesso a direitos que deveriam ser universais. Sem reconhecer o nosso passado dificilmente poderemos construir um futuro digno, para todos. Esta, também, é a nossa história.” (Roldão, Pereira & Varela, 2019)

A exposição era composta por nove placares que iniciavam com a temática do silenciamento da história dos negros em Portugal, passando depois para o movimento pan-africanista de 1911-1933, onde se dedicava espaço aos seus jornais, diversidade do movimento, às suas figuras, a sua relação com o movimento internacional da época e o relevante papel das mulheres. Depois, debruçava-se sobre o movimento anticolonialista e, por fim, sobre o movimento negro na atualidade.

Construída de forma didática, onde as imagens tinham uma relevante centralidade, a exposição teve um impacto social importante: a RTP África realizou uma rubrica sobre a exposição no programa “Causa e Efeito” (RTP África, 2019); o audioblogue Rádio AfroLis dedicou uma entrevista com um dos autores (Afrolis, 2019); o Grupo EducAR escreveu uma reportagem sobre o acontecimento (Cardoso & Parzianello, 2019); realizaram-se visitas guiadas; e, no seminário de encerramento do Roteiro, a exposição foi novamente montada no cinema Charlot em Setúbal.

Esta exposição trouxe outras narrativas que enfrentam concepções racistas e eurocêtricas da História portuguesa. E, assim, através de um conhecimento acumulado na academia, pretendia revelar para a sociedade em geral e para os alunos e professores em específico, uma outra História: (des)silenciando memórias que se querem apagadas e disputando narrativas do passado para transformar sociedade e combater as desigualdades no presente.

Reflexões finais / Conclusões

Em 2017, através de um processo de Orçamento Participativo do Município de Lisboa, ganhou um projeto para um memorial da escrava-

tura na capital. A proposta da Djass (Associação de Afrodescendentes) pretendia:

“[...] partir do processo de escravização para compreender o racismo contemporâneo. Contar histórias de afrodescendentes na contemporaneidade, várias formas de resistência, de afirmação de subjetividade e de influência na cultura actual.” (Dias, 2019).

Na mesma altura, o projeto de criação de um museu sobre os “Descobrimientos” em Lisboa, que ao que tudo indicava pretendia glorificar o colonialismo português, levou a importantes debates na praça pública. Perante a polémica, diversos setores se mobilizaram e numa carta aberta, publicada no jornal Público com o título “Não a um museu contra nós!”, dezenas de assinantes afrodescendentes escreveram: “Não aceitamos um Museu construído sobre os ombros do silenciamento da nossa História, com o dinheiro dos impostos de negras e negros deste país, que não respeita nem valoriza a evolução da própria historiografia e a revisão histórica já feita e em curso, da necessidade de reinterpretação e reconceptualização dos impérios coloniais e do colonialismo. Não em nosso nome! Porque este é um Museu contra nós, que pretende ser erigido ignorando as nossas demandas, o nosso contributo e a nossa resistência. Nós, negras e negros em Portugal,

exigimos à CML uma aposta séria num Memorial de homenagem às pessoas escravizadas, num Museu do Colonialismo, da Escravatura ou da Resistência Negra [...]” (Público, 2018)

As reivindicações desta carta demonstram a disputa que existe neste momento pelas narrativas históricas em Portugal. Por um lado, as instituições e o poder hegemónico a manter velhas narrativas eurocêntricas - que perpetuam desigualdades e opressões -, e por outro, setores antirracistas, a exigir que uma outra História seja contada, com narrativas verdadeiras e não excludentes.

A relação entre Ensino e sociedade é dialética e as Escolas têm um poder central na mudança social. Assim, as falsas narrativas hegemónicas que se mantêm nas salas de aulas devem-se alterar de forma a enfrentar o racismo e as desigualdades na nossa sociedade. Estas novas narrativas devem abarcar a diversidade que existe nas nossas Escolas, acabando de vez com “histórias” que colocam alunos brancos em “cima” e não-brancos em “baixo”, ao mesmo tempo que silenciam o seu passado.

As nossas salas de aula devem ser lugares de real diversidade e de verdade histórica: onde se conta, por exemplo, a importante presença de negros, roma ou muçulmanos, durante séculos no país; onde o Al-

Andaluz deixe de ser um empecilho do passado mas uma importante herança; onde se pare de retratar uma suposta invasão muçulmana e um mito de “reconquista” que há décadas têm sido desmontados por diversos historiadores e arqueólogos nacionais, onde se destaca Cláudio Torres; onde se fale da História das grandes civilizações que os marinheiros portugueses encontraram em África no passado; assim, como da resistência de vários povos negros, roma e ameríndios ao esclavagismo, colonialismo, fascismo e racismo português. A Escola deve ser, assim, um espaço igualitário onde o direito à memória exista realmente e onde se confrontem falsas narrativas históricas que perpetuam o racismo na nossa sociedade.

Referências Bibliográficas

Afrolis (2019, 15 maio). Áudio 195 – Exposição “Para a história do movimento negro em Portugal 1911-1933”. *Afrolis*. Disponível em <https://radioafrolis.com/2019/05/15/audio-195-exposicao-para-a-historia-do-movimento-negro-em-portugal-1911-1933/>

Amnistia Internacional (2018). *Amnesty International Report 2017/2018: The State of The World's Human Rights*. Disponível em <https://www.amnesty.org/en/countries/europe-and-central-asia/portugal/report-portugal/>

Andrade, Mário Pinto de (1997). *Origens do Nacionalismo Africano: Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa 1911-1961*. Lisboa: Dom Quixote.

Araújo, Marta; & Maeso, Silvia (2010). Explorando o Eurocentrismo nos manuais portugueses de história. *Estudos de Sociologia, Araraquara*, v.15, n.28, pp.239-270.

Araújo, Marta; & Maeso, Silvia (2012). A Institucionalização do Silêncio: A Escravatura nos manuais de história portugueses. *Revista (In)Visível*, Outubro, 2012, pp.7-15.

Araújo, Marta; & Maeso, Silvia (2016). *Os Contornos do Eurocentrismo: Raça, História e Textos Políticos*. Coimbra: Almedina.

Caldeira, Arlindo Manuel (2017). *Escravos em Portugal: Das origens ao século XIX*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Cardina, Miguel (2016). Memórias amnésicas? Nação, discurso político e representações do passado colonial. *Configurações 17: Sociedade, Autoridade e Pós-memórias*, pp.31-42.

Cardoso, Danilo; & Parzianello, Diógenes (2019, 24 maio). Resgate preci(o)so. Disponível em <https://grpedu-car.wordpress.com/2019/05/24/resgate-precioso/>

Dias, Beatriz Gomes (2019, 25 junho), “Memorial da Escravatura passa para o Campo das Cebolas”, de Isabel Salema, *Jornal Público*. Disponível em <https://www.publico.pt/2019/06/25/culturaipilon/noticia/memorial-esclavatura-passa-campo-cebolas-1877515>

ECRI (2018). Relatório da ECRI sobre Portugal (quinto ciclo de controlo). Conselho da Europa. Disponível em <https://rm.coe.int/fifth-report-on-portugal-portuguese-translation-/16808de7db>

ENAR (2015). Fact Sheet Briefing – Afrophobia in Portugal. Disponível em <http://www.enar-eu.org/Shadow-Reports-on-racism-in-Europe-203>

Fonseca, Jorge (2000). *Escravos no Sul de Portugal séculos XVI XVII*. Lisboa: Editora Vulgata.

Henriques, Isabel Castro (2009). *A herança africana em Portugal*. Lisboa:

- Clube do colecionador dos Correios.
- Henriques, Joana Gorjão (2018). *Racismo no País dos Brandos Costumes*. Lisboa: Tinta da China.
- Lahon, Didier (1999). O Negro no Coração do Império. Uma memória a resgatar – Séculos XV a XIX. Lisboa: Ministério da Educação.
- Lahon, Didier (2004). O escravo africano na vida económica e social portuguesa do antigo regime. *Africana Studia*, nº7, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Lahon, Didier (2012). Da redução da alteridade à consagração da diferença: as irmandades negras em Portugal (séculos XVI-XVIII). *Projeto História*, n. 44, junho 2012, pp. 5-83.
- Marques, João Pedro (2004). *Portugal e a escravatura dos africanos*. Lisboa: ICS.
- Nascimento, Abdias (2016 [1978]). *O Genocídio do Negro Brasileiro*. São Paulo: Editora Perspetiva.
- Pereira, José; & Varela, Pedro (2019). A história silenciada do movimento negro em Portugal (1911-1933)" *Le Monde diplomatique* – Versão Portuguesa de outubro de 2019, pp. 38-39
- Pereira, Luísa; Cunha, Carla; Alves, Cintia; & Amorim, António (2005). African Female Heritage in Iberia: A Reassessment of mtDNA Lineage Distribution in Present Times. *Human Biology*, Volume 77, Number 2, April 2005, pp. 213-229.
- Publico (2019, 22 junho). Não a um museu contra nós!. *Jornal Público*. Disponível em <https://www.publico.pt/2018/06/22/culturaipilon/opiniao/nao-a-um-museu-contra-nos-1835227>
- Reginaldo, Luciene (2009). “África em Portugal”: devoções, irmandades e escravidão no Reino de Portugal, século XVIII. *HISTÓRIA*, São Paulo, 28 (1): 2009.
- Rodrigues, Anabela; Fernandes, Ana; Fernandes, Carla; Roldão, Cristina; Insali, Ianick; Pereira, José; & Ba, Mamadou (2017). A urgência de um combate real às desigualdades étnico-raciais e ao racismo. *Le Monde Diplomatique* – Versão Portuguesa de fevereiro de 2017, pp. 6-7.
- Roldão, Cristina; Pereira, José; & Varela, Pedro (2019). Para uma história do movimento negro em Portugal, 1911-1933. [Exposição integrada no “Roteiro para uma Educação Antirracista” da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal (ESE-IPS)]. Realizada em Maio de 2019 na ESE-IPS.
- Roldão, Cristina (2019, 18 janeiro). Feminismo negro em Portugal: falta contar-nos. *Jornal Público*. Disponível em <https://www.publico.pt/2019/01/18/culturaipilon/noticia/feminismo-negro-portugal-falta-contarnos-1857501>
- Rosas, Fernando; & Rollo, Maria Fernanda (2009). Introdução. In: Rosas, Fernando & Rollo, Maria Fernanda (org). *História da Primeira República Portuguesa* (p.11-15). Lisboa: Tinta da China, 2009,
- RTP África (2019, 7 junho). Programa “Causa e Efeito”. Disponível em <https://www.rtp.pt/play/p4263/e411799/causa-e-efeito>
- Saunders, A. C. C. M. (1982). *A social history of black slaves and freedmen in Portugal, 1441-1555*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sertório, Elsa. (2001). *Livro Negro do Racismo em Portugal*. Lisboa: Edições Dinossauro.
- Tinhorão, José Ramos (1988). *Os Negros em Portugal: Uma Presença Silenciosa*. Lisboa: Caminho.
- Troillot, Michel-Rolph. (1995). *Silencing the past: power and the production of history*. Boston: Beacon Press.
- Vala, Jorge; Brito, Rodrigo; & Lopes, Diniz (1999). O Racismo Flagrante e

o Racismo Subtil em Portugal. In Jorge Vala (org.). *Novos Racismos: Perspetivas Comparativas*, pp.31-59). Oeiras: Celta Editora

Vale de Almeida, Miguel (2000). *Um Mar da Cor da Terra: Raça, Cultura e Política da Identidade*. Oeiras: Celta Editora.

Vale de Almeida, Miguel (2006). On the Lusophone Postcolony: ‘Culuture’, ‘race’, ‘language’”. Conferência Rutgers University, New Brunswick, NJ, 18 April. Disponível em <http://miguelvaledalmeida.net/wp-content/uploads/2008/05/on-the-lusophone-postcolony1.pdf>

Wolf, Eric (1990 [1982]). *Europe and the People Without History*. Berkeley & London: University of California Press.

Varela, Pedro; & Pereira, José (2019). As origens do movimento negro e da luta antirracista em Portugal no século XX: a geração de 1911-1933. *Revista Buala*. Disponível em <https://www.buala.org/pt/munkanda/as-origens-do-movimento-negro-e-da-luta-antirracista-em-portugal-no-seculo-xx-a-geracao-de-1>

Vasconcelos, José Leite de (1920). Espécime português de raça negra. *Boletim de etnografia – Publicação do Museu Etnológico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1920.